

Carreira dos técnico-administrativos, insalubridade, pendências dos servidores...

Confira as discussões e encaminhamentos da reunião do CADE em 17/2/2016

A partir dos relatos elaborados pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações”, confira a seguir os principais itens da reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada em 17/2.

Revisão da carreira

O ponto de maior destaque na reunião foi a revisão da carreira dos servidores técnico-administrativos, tema central para a categoria, pois influi diretamente na promoção, que foi suspensa em março de 2015.

Antes que a discussão fosse iniciada, os representantes dos técnico-administrativos no CADE questionaram o artigo 15 do relatório final apresentado pelo grupo que realizou os estudos de revisão da carreira, anexo à pauta. Quando o relatório foi apresentado, em novembro de 2015, apenas para ciência do colegiado, o artigo 15 trazia um parêntese prevendo que fosse realizada uma consulta ao jurídico da Universidade, sobre a possibilidade de aproveitamento das avaliações realizadas em 2013 e 2014 no novo processo de avaliação a ser iniciado. Na presente reunião, o parêntese “sumiu” do relatório e o parecer jurídico não constava em nenhum lugar. Para os servidores técnico-administrativos, isso prejudicava em muito a discussão do tema, pois modifica todo o processo de promoção para os próximos anos. Sem o aproveitamento dos anos de 2013 e 2014, se mantido o interstício de 4 anos, como apresentado no relatório, a próxima promoção na Universidade ocorrerá apenas em 2020. Seriam cinco anos sem promoção na Universidade e, assim, grande perda para a carreira dos servidores técnicos-administrativos.

Com a questão de ordem levantada, o presidente do CADE, professor Carlos Antonio Gamero, solicitou que a AJ esclarecesse o colegiado. E, como esperado, o parecer da AJ é de que não vê condições para o aproveitamento dos anos de 2013 e 2014 num novo processo, sob a argumentação de que é impossível misturar duas avaliações de processos diferentes. Segundo a AJ, assim como acontece na Previdência, por exemplo, quando se

alteram as regras para a aposentadoria, no decorrer da carreira do servidor, ele se adequa às novas regras, com uma nova contagem de tempo.

Os servidores técnicos-administrativos não concordaram com o parecer e solicitaram que fosse fornecido por escrito, com embasamentos, para que possa ser estudado e debatido pelos membros do colegiado. Além disso, como no exemplo citado, a regra para a aposentadoria pode ser alterada no curso da carreira do trabalhador, porém, os anos trabalhados não são simplesmente descartados.

A impressão é que havia grande interesse por parte da Reitoria de aprovar o relatório assim como estava, e houve até a oferta da emissão de um parecer “express”, por escrito, durante a hora do almoço. O colegiado entendeu que tal atitude afoita poderia prejudicar a discussão e a deliberação, e por isso solicitou que a matéria fosse retirada de pauta. Em votação, o colegiado decidiu retirar o assunto da pauta, apenas com dois votos contrários e uma abstenção.

A próxima reunião do CADE será realizada em março, quando o assunto retornará à discussão. Tempo para os representantes se prepararem e para o Jurídico do Sintunesp também emitir um parecer e embasar com argumentos os membros do Chapão. Aprovada em março, a revisão da carreira vai para deliberação no CO de abril. Como o ciclo de avaliação se inicia em abril, há duas alternativas para a implantação da nova carreira prevista: passará a se iniciar sempre em maio; ou no primeiro ano, em 2016, terá um período mais curto, de 11 meses.

Insalubridade

A reunião do CADE contou com uma apresentação de Janaína Conrado Lyra da Fonseca, da Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental – COSTSA. Foram apresentados os trabalhos sobre revisão de insalubridade, conforme solicitado pelos representantes eleitos pelo Chapão. A seguir, confira alguns



pontos de destaque da apresentação:

- A revisão atualmente em curso atende a uma determinação judicial de 2013.

- Foi apresentada à Reitoria a necessidade de contratação de 14 técnicos para a realização do trabalho. Apenas sete passaram no concurso, dos quais somente quatro permaneceram na Unesp. Segundo Janaína, declinaram ao tomar conhecimento do tamanho do trabalho a ser realizado.

- Há diferenças nos graus de insalubridade entre CLT x Autárquico, pois seguem resoluções diferentes (NR 15 no caso dos regidos pela CLT, e a SRT 37 para os autárquicos). Por se tratar de regimes e normatizações distintos, continuaram ocorrendo algumas diferenças no pagamento de adicionais por insalubridade na Universidade. Em muitos casos, as normativas diferem quanto ao grau de insalubridade que deve ser aplicado para a mesma função/local de trabalho. Janaína disse que os técnicos têm consciência que essa diferenciação continuará ocorrendo e que, infelizmente, não há nada a ser feito, pois as normativas precisam ser seguidas conforme o regime jurídico de cada servidor.

- Para os servidores autárquicos, segundo a SRT, há uma classificação utilizando unidade e atividade. Essa classificação leva em consideração as edificações que podem ser consideradas insalubres, ou a atividade desenvolvida naquela unidade como insalubre. Com isso, há unidades que são consideradas insalubres e, por consequência, mesmo funções que normalmente não são consideradas insalubres recebem o adicional por conta disso.

- Segundo a expositora, os laudos que antes eram realizados pelo DPME continham muitas distorções e falhas no processo e não tinham qualquer intervenção da Unesp. Isso gerou muitas distorções que existem até hoje.

- Atualmente, existem 7.380 servidores autárquicos na Universidade (docentes e técnicos-administrativos), dos quais, 4.616 recebem algum adicional por insalubridade; e 3.503 servidores (docentes e técnicos-administrativos) regidos pela CLT, dos quais 925 recebem algum adicional de insalubridade;

Após o término da apresentação, os representantes do Chapão apresentaram algumas dúvidas e comentários a respeito do processo de revisão de insalubridade. Destacam-se as falas que vão no sentido de esclarecer comentários equivocados que existem na comunidade, de que a revisão acontece por conta de uma ação do Sintunesp, que teria o objetivo de “eliminar” os adicionais de insalubridade. Na verdade, a ação movida pelo Sintunesp visava a correção de distorções na aplicação da insalubridade na Universidade. A perspectiva é de que o pagamento seja feito a quem faz jus de recebê-lo. Questão de justiça.

Também houve comentários a respeito de como essa revisão vem acontecendo, por meio da distribuição de questionários para que o servidor responda. A preo-

cupação é em relação aos servidores que não têm nem preparo técnico e nem atribuição em suas funções para responder a tais questionários. Janaína afirmou que o questionário acontece de uma maneira preliminar e que haverá uma entrevista em cada posto de trabalho, eliminando quaisquer distorções. Atualmente, apenas 22% do trabalho de revisão foram concluídos, e por isso nem todas as entrevistas foram realizadas.

Os representantes dos servidores no CADE também enfatizaram a necessidade, por parte da Unesp, em investir em práticas que diminuam ao máximo as condições insalubres nos postos de trabalho. Mais do que indenizar o servidor por trabalhar em local insalubre, é necessário que a Universidade invista para que ele não deteriore sua saúde.

Outros pontos

A seguir, confira um resumo dos demais pontos abordados no CADE:

- Contratação do serviço de táxis na Reitoria

Os representantes do Chapão solicitaram que o Prof. Gamero esclarecesse sobre a contratação do serviço de táxis na Reitoria, de quais impactos isso teria especialmente para os motoristas, e se não seria um primeiro passo para a terceirização do serviço. O presidente do CADE explicou que a intenção não é substituir os motoristas da Universidade pelo táxi, mas dar melhores condições de trabalho a eles, que muitas vezes têm de fazer jornadas de trabalho que ultrapassam as 8 horas diárias. Segundo Gamero, há redução de custos com a medida, com a economia no pagamento de banco de horas aos motoristas.

- Aplicação de deliberações do CADE

Na Unesp, muitas deliberações aprovadas nos órgãos não são executadas. É o caso da deliberação do CADE sobre a aplicação dos parâmetros para o estabelecimento de seções, chefias e pagamentos de Gratificações por Representação nas unidades experimentais. Com a recente consolidação de algumas destas unidades, não se observa a aplicação desses parâmetros, como no caso em que cada seção deve ter no mínimo três pessoas para ser estabelecida, e por consequente uma chefia e pagamento de GR ao chefe. Em um desses campi, notou-se que a Diretoria Administrativa conta com 15 servidores e oito gratificações pagas. Ou seja, muito cacique para pouco índio. Segundo o Prof. Gamero, depende do Diretor Administrativo e do Diretor da unidade aplicar a estrutura administrativa aprovada pelos colegiados, observando os parâmetros para tal.

- Grupo para estudo da terceirização

Servidores eleitos pelo Chapão relataram a impossibilidade da realização de reuniões do grupo até o momento. Ele foi criado na última reunião do CADE



para realizar estudos sobre esse assunto, que é de grande importância na Universidade, especialmente, se levarmos em consideração os cada vez mais comuns casos de não pagamento de salários por parte das terceirizadas aos seus funcionários que prestam serviços para a Universidade. O grupo não está se reunindo ainda por conta de dificuldade de datas.

- Mobilidade Funcional – 2014

Mais uma vez, como vêm fazendo desde 2014, os servidores eleitos pelo Chapão têm cobrado a conclusão do processo de mobilidade funcional de 2014. Conforme promessa do Reitor, era para ser concluída em janeiro/2016 a mobilidade dos 14 servidores que prestaram o concurso de mobilidade funcional em 2014, porém, isso ainda não aconteceu. O Prof. Gamero opinou que, como a mobilidade implica em custos, o Reitor deve esperar os meses de janeiro, fevereiro e março para concluir o processo.

- Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Gestão Administrativa

Os representantes técnicos-administrativos questionaram qual será a atitude da Reitoria após a conclusão dos trabalhos realizados pelo grupo, que foram apresentados na última reunião presencial do CADE, em novembro de 2015. No relatório, constam atitudes de curto, médio e longo prazo, que podem melhorar amplamente a organização administrativa e, por consequência, a situação financeira da Universidade. O Prof. Gamero informou que algumas coisas já estão sendo trabalhadas e implantadas, como por exemplo o sub quadro da Reitoria, que até então não existe. A CEAFA está finalizando o estudo que deve ser apresentado em breve.

- Auxiliares de enfermagem em Botucatu

Os representantes técnicos-administrativos questionaram novamente sobre o reenquadramento dos auxiliares de enfermagem para a função de técnico de enfermagem, assim como ocorreu anteriormente com parte dos servidores. Na ocasião, houve um prazo para os servidores apresentarem o certificado de nível médio técnico, que não foi suficiente para todos, por falta de vagas nas escolas técnicas em enfermagem. No momento, são apenas 55 auxiliares que ainda restam para realizar este reenquadramento e com os requisitos para tal. O Prof. Gamero informou que qualquer ação depende de uma nova portaria da Reitoria, o que ainda não aconteceu.

- Banco de Horas na Universidade

Os representantes técnicos-administrativos destacaram a necessidade de uma regulamentação do banco de horas na Universidade. Devido à informalidade dos acordos que acontecem em cada seção nos campi, ocorrem absurdos, como é o caso de uma unidade onde se descon-

ta o vale transporte do servidor que compensa o banco de horas. Ou seja, esse servidor trabalhou horas a mais, ou mesmo foi à Universidade além dos dias em que recebe o vale transporte; mas quando vai compensar o banco de horas, sofre o desconto do vale.

Sabe-se que alguns RHs estão interpretando precipitadamente a Portaria da Reitoria que estabelece os descontos nos vales transporte e refeição.

Em resposta, o Jurídico da Unesp informou que está fazendo estudos para o estabelecimento de um acordo coletivo, que depende também da assinatura por parte das entidades sindicais. O CRH informou que o desconto, como foi relatado nesta unidade, é incorreto, e que entrará em contato com esse RH.

- Finanças da Universidade

Os representantes do Chapão solicitaram informações sobre as finanças da Universidade, às vésperas da data-base, para que não sejamos “surpreendidos” como em 2014.

O primeiro questionamento foi em relação ao ressarcimento de diárias às unidades na Unesp. Há informações de que servidores que vão a reuniões na Reitoria ou lá prestam serviços estão tendo suas diárias pagas pelas unidades. Porém o correto é que as diárias sejam pagas pelo custeio da Reitoria. O Prof. Marcelo, vice-presidente do CADE e Diretor da FE-Guaratinguetá, informou que, em 2015, apenas 50% das diárias foram ressarcidas. O segundo questionamento foi em relação ao contingenciamento anunciado pelo Estado em 5/1/2016. Os representantes do Chapão queriam saber se isso afetaria as universidades. Em resposta, o Prof. Gamero disse que o decreto que estabeleceu o contingenciamento deixa de fora as universidades. Mesmo assim, tem solicitado aos diretores que se previnam, pois nada impede que um novo decreto atinja as universidades.

O terceiro questionamento foi da possibilidade de unificar em uma só normativa para o pagamento das insalubridades, pois como mencionado na apresentação (veja tópico acima), este é um dos fatores que geram diferenciação no pagamento do adicional. O Prof. Gamero informou que se trata de uma legislação e não há outra saída, a não ser seguir as duas normativas.

A última solicitação foi que o colegiado fosse informado sobre o número atualizado de servidores na universidade (docentes e técnico-administrativos), a fim de termos um panorama sobre a queda do número de ativos e também saber da Pró-Reitoria de Administração se há previsão de reposição das baixas, ao menos dos que pediram demissão ou por motivo de falecimento. Com o número de servidores, também é possível fazer uma previsão mais próxima do impacto financeiro que nossa carreira, se aprovada, trará à Universidade. Normalmente as previsões da Reitoria sempre são ‘superestimadas’. Esse pedido ainda não teve resposta; estamos no aguardo!